

Convenção contesta o anteprojeto de Cabral

BRASÍLIA — A convenção do PMDB, por grande maioria, derrubou todas as propostas dos conservadores sobre os pontos polêmicos absorvidos pelo anteprojeto da Comissão de Sistematização da Constituinte, apresentado pelo relator, deputado Bernardo Cabral. Se a bancada do partido seguir a orientação da convenção, temas como reforma agrária, definição de empresa nacional, princípios gerais da ordem econômica e questão urbana terão que ter uma redação completamente diferente da atual.

Essas propostas foram levadas à convenção por decisão da cúpula do PMDB, devido à divisão interna do partido durante os debates da Constituinte. Os conservadores e progressistas do partido não chegam a um consenso, especialmente quanto à ordem econômica. A direção do partido, então, decidiu imprimir um folheto contendo todas as propostas polêmicas da Constituinte e submetê-lo aos convencionais. Como o resultado da votação deu vitória esmagadora aos progressistas, a cúpula não sabe de que forma vai exigir que a bancada cumpra a decisão da convenção, na votação final da Constituinte.

Nos princípios gerais da ordem econômica e na reforma agrária, os 570 convencionais praticamente ressuscitaram o projeto do relator da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), que havia sido derrotado pelos conservadores na primeira etapa da Constituinte.

Reforma agrária — Por 79,8%, a convenção aprovou a proposta do relatório de Severo, que diz que a propriedade rural terá função social somente quando atender simultaneamente todas as exigências enumeradas na Constituição ou na lei. O texto da Comissão de Sistematização estabelece quatro exigências, mas não diz que o proprietário rural tem que cumprir-las simultaneamente, para que sua terra seja considerada de "função social" (basta cumprir uma das exigências). Essa proposta é do deputado Jorge Vianna (BA), do grupo conservador.

Ainda na questão da reforma agrária, os convencionais aprovaram, por 62,63%, dispositivo que prevê desapropriação de terra que não cumpra a função social. No anteprojeto da Comissão de Sistematização, em nenhum momento é vinculada a desapropriação ao cumprimento da função social. Em relação à imissão da posse, os convencionais aprovaram, por 65,26%, a polêmica proposta dos progressistas, que impede os proprietários rurais de discutirem o mérito da desapropriação na

Justiça, admitindo apenas a contestação do valor da indenização. Pelo anteprojeto, os proprietários têm direito de sustar a desapropriação na Justiça, para que seja feita uma avaliação.

A atual Constituição, no artigo 160, não estabelece critérios para função social da propriedade, não diz nada sobre imissão de posse, mas transfere a regulamentação da matéria para o Estatuto da Terra, considerada mais avançado que o texto apresentado pelo relator Bernardo Cabral.

Ordem econômica — A proposta aprovada por 80,52% dos votos da convenção do PMDB dá preferência para a empresa nacional, abrindo espaço para as estatais "em coexistência com as empresas privadas". O relator da Comissão de Sistematização deu prioridade à iniciativa privada e restringiu a intervenção do estado na economia, acolhendo proposta dos conservadores. A atual Constituição diz que a ordem econômica tem por fim o desenvolvimento nacional e a justiça social.

Empresa Nacional — A proposta dos progressistas aprovada na convenção por 84,72%, define a empresa nacional como "genuinamente brasileira, como constituição e sede no país, controle decisório e de capital pertencentes a brasileiros ou a pessoas físicas domiciliadas no país". É a mesma proposta do texto de Bernardo Cabral. A Constituição atual não define empresa nacional.

Reserva de Mercado — Os convencionais aprovaram por 90,17% o texto da Comissão de Sistematização, que diz que as atividades das empresas nacionais que a lei considerar estratégicas para a defesa nacional poderão ter proteção temporária da reserva de mercado por prazo determinado. Os conservadores queriam trocar a palavra temporária por transitória, o que permitiria alteração do prazo de vigência da reserva de mercado.

Questão Urbana — Em relação à moradia, a convenção aprovou uma proposta dos progressistas derrotada na Sistematização, que vincula o direito de moradia à infra-estrutura básica, como transporte, saúde, educação e lazer. O anteprojeto de Bernardo Cabral não enumera essas questões. No caso do transporte urbano, a convenção aprovou a supressão do item que beneficia as empresas privadas. A proposta aprovada pelos convencionais diz apenas que os transportes coletivos são complementos do direito à moradia.

"Temos que cancelar essas sessões para mostrar que elas são uma farsa. Não



A preocupação de Ulysses e Bernardo Cabral é com o esvaziamento do plenário

Ulysses decide hoje se debate na Constituinte seguirá pauta

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte deputado Ulysses Guimarães, decide hoje, em reunião com os líderes de todos os partidos, se os debates constitucionais obedecerão a alguma pauta. O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, procurado pelo líder do PT, deputado Luís Ignácio Lula da Silva, disse ser contrário à idéia "porque ninguém agüentaria a pressão", referindo-se às galerias. Os partidos de oposição e a ala progressista do PMDB querem, justamente, organizar os debates para que "as galerias possam participar, aumentando o interesse dos próprios constituintes", disse o líder do PC do B, deputado Aldo Arantes.

No sexto dia das sessões destinadas aos debates constitucionais, não se alterou o quadro do plenário, onde no início da sessão, apesar da lista de presença registrar 202 constituintes, havia apenas 11. Falando em nome do PC do B, PT, PDT e segmento do PMDB, o deputado Aldo Arantes pediu que a sessão fosse encerrada pela falta do número mínimo exigido de 56 parlamentares.

"Temos que cancelar essas sessões para mostrar que elas são uma farsa. Não

constitucionais está sendo sentida a cada sessão, diante do esvaziamento do plenário. O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, também está preocupado com o desinteresse dos parlamentares e o comunicou ao deputado Ulysses Guimarães, durante almoço ontem.

Em cada sessão, oito oradores podem debater os assuntos constitucionais. Para a sessão de ontem havia somente cinco inscritos. Mas enas dois falaram, o deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), que discursou sobre educação, defendendo a escola pública e citando os Cieps do Rio de Janeiro como exemplo, e o senador José Fogaça, que usou a tribuna para defender o parlamentarismo, afirmando que "este é o sistema de governo mais democrático". Os deputados José Dutra e Rospide Neto transferiram seus discursos, e o deputado Nyder Barbosa não apareceu. Já estão inscritos para falar até o dia 23 de agosto, quando se encerram os debates, 217 constituintes, mas com a elaboração de uma pauta que organize os trabalhos, esse número deverá aumentar, assim como o do de sessões previstas.

Deputados farão congresso para votar mandato

A Comissão Interpartidária Pró-Constituinte da Assembléia Legislativa do Rio vai reunir, nos dias 31 de julho e 1º de agosto, 130 deputados estaduais de 15 estados num congresso nacional para discutir a duração do mandato presidencial, forma de governo e sistema eleitoral. Os temas serão submetidos à votação e no final os representantes das assembleias legislativas enviarão à Constituinte um documento com a posição majoritária sobre 4 ou 5 anos de mandato, presidencialismo ou parlamentarismo e voto distrital ou proporcional.

O regimento interno está sendo elaborado por uma comissão de deputados do PSB, PDT, PMDB e PFL que já decidiu que cada tema será votado separadamente e por maioria simples, já no primeiro dia. O segundo será reservado à discussão e elaboração do documento final.

Antes dos debates e votações haverá exposições de deputados e senadores constituintes. Para o tema sistema de governo foram convidados o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que defenderá o presidencialismo, e o senador José Fogaça (PMDB-RS), parlamentarista.

Os senadores Mário Covas ou Fernando Henrique Cardoso, líderes do PMDB no Constituinte e no Senado, falarão em favor dos 4 anos de mandato e o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), fará a defesa dos 5. O desembargador Fonseca Passos, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, recusou convite para ser o expoente do tema sistema eleitoral e hoje a comissão organizadora do congresso se reúne para escolher um novo nome. O mais cotado, até agora, é o do ex-deputado Marcelo Cerqueira. Na lista de convidados de honra, além do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, estão dois inimigos políticos: o ex-governador Leonel Brizola e o prefeito Saturnino Braga.

O deputado Carlos Corrêa (PDT), relator da Comissão Interpartidária, disse que a Assembléia do Rio não gastará mais de Cz\$ 200 mil com o congresso. Segundo ele, o Copacabana Palace cedeu um salão e cobrará Cz\$ 4 mil por cada apartamento duplo, que serão pagos pelos convidados, assim como as passagens. A Flumitur fará o transporte de graça, o material impresso foi cedido por empresas de turismo e a alimentação será por conta da Assembléia, com exceção de um jantar que será oferecido pelo governador Moreira Franco no Palácio das Laranjeiras.